



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PIRATARIA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0099/04	DATA: 02/03/04
INÍCIO: 15h34min	TÉRMINO: 15h53min	DURAÇÃO: 00h19min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 0h19min	PÁGINAS: 7	QUARTOS: 4

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos. Estabelecimento da pauta de trabalho da Comissão.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Robson Tuma) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos. Sobre a mesa requerimentos. Tendo sido distribuídas cópias das atas das 32ª, 33ª e 34ª reuniões a todos os Srs. Deputados presentes, indago da necessidade da leitura das mesmas.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, pedimos a dispensa da leitura das atas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Robson Tuma) - A Deputada Vanessa Grazziotin pede a dispensa da leitura das atas. Aceita a dispensa da leitura das atas. Não havendo quem queira usar da palavra, em votação as atas. Aqueles que as aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovadas. Ofícios: do Banco Central do Brasil e do Banco do Brasil sobre quebra de sigilos bancários; da Receita Federal, sobre quebra de sigilos fiscal e telefônicos. Ofício nº 812/03, de 5 de setembro de 2003, do Delegado de Polícia e Diretor do DENARC, apresentando o Sr. Delegado Cosmo Stikovics Filho. Expediente da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura, sugerindo à Comissão que encampe o projeto PLP nº 403, de 2003, de autoria do Senador Aelton Freitas. Ofício nº 96/04, PFL, indicando o Deputado Robson Tuma titular da Comissão. Ofício nº 34/04, da Liderança do PDT, indicando o Deputado Severiano Alves suplente da Comissão. Ofício nº 8, de 08/02/2004, da Liderança do Bloco PL/PSL, indicando o Deputado Maurício Rabelo titular da Comissão. Ordem do Dia. Votação de requerimentos. Requerimento sobre a mesa. Requerimento do Deputado Josias Quintal: *“Requeiro, nos termos regimentais, que sejam referendadas diligências na Capital do Estado de São Paulo, em caráter excepcional, nos dias 3, 11, 19 e 21 de novembro e 5 de dezembro de 2003.”* Em votação. Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento da Sra. Deputada Vanessa Grazziotin, solicitando a convocação do Sr. José Lúcio Rosa de Souza, acusado pelo Sr. Sérgio Carlos Nascimento de estar envolvido no esquema de negociata, objetivando sua indicação ao cargo de Superintendente da Receita Federal, na Região Norte. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin, solicitando que seja convocado o Sr. Sérgio Carlos Nascimento, preso dia 3 de janeiro de 2004, sob a acusação de extorsão, a qual denunciou o exposto esquema de envolvimento em cifras de 2



milhões de reais, objetivando facilitar o contrabando na Zona Franca de Manaus. Não havendo oradores para discutir, em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento da Sra. Deputada Vanessa Grazziotin a respeito de informações reservadas e de sigilos para a Comissão ficará sobre a mesa durante 2 minutos para que os Deputados possam tomar conhecimento e votar. Requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin, solicitando à Agência Nacional de Vigilância Sanitária a informação sobre a falsificação de medicamentos. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin, solicitando do Ministério da Saúde informações sobre falsificação de medicamentos. Não havendo oradores que queiram discutir, em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)* Aprovado. Volto, então, ao requerimento de informações sigilosas, quebras de sigilo pedidas pela Deputado Vanessa Grazziotin. Em votação.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, gostaria de dizer que essas pessoas foram convocadas por nós. Não foram?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Robson Tuma) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Acho que seria de boa conduta ouvirmos, primeiro, os convocados para depois decidirmos sobre a quebra de sigilo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, gostaria de defender a aprovação do requerimento, porque essa denúncia foi pública na cidade de Manaus. Já houve procedimento realizado pelo Ministério Público, que solicitou a abertura de sindicância, e pela Polícia Federal, que já fez a denúncia ao Poder Judiciário. Então, acho que já existem elementos suficientes e necessários que justificam o nosso pedido, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu acredito na Deputada Vanessa Grazziotin. Então, solicito que se anexe a esse pedido o procedimento do Ministério Público. Eu, realmente, não me sinto à vontade para votar a favor de quebra de sigilo sem embasamento adequado. Essa é uma coisa que vocês sabem as conseqüências. E eu sou muito consciente nessa questão de quebra de sigilo. Vamos fazer isso quando realmente for necessário. Eu acredito que a Deputada Vanessa Grazziotin esteja defendendo uma situação adequada. Se vamos votar



aqui, antes de ouvir as pessoas, então, que isso se faça acompanhado da devida manifestação do Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Robson Tuma) - Em votação o requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu peço, Sr. Presidente, que o requerimento seja retirado para posterior apreciação. Não há *quorum* para deliberar sobre isso agora, uma vez que há divergência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Robson Tuma) - Há duas opções: ou coloco em votação, ou a Deputada retira e junta...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Não, pedi o adiamento...

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Fica na pauta para posterior apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Robson Tuma) - Então, eu adio, de ofício, por duas reuniões.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Duas reuniões, não. Até a juntada.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Até a juntada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Robson Tuma) - A reunião de hoje e a próxima. *“Nos termos regimentais, requer a prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito por 60 dias. Deputado Josias Quintal.”*

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, eu também gostaria que essa deliberação fosse tomada com o devido *quorum* da Comissão, uma vez que não há, pelo que eu percebo, divergência nenhuma quanto à prorrogação. Eu mesmo não tenho divergência. Mas eu acho que ela deveria vir acompanhada do debate sobre o que faremos com esse novo período de votação.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Está assinado por todo mundo.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Eu sei. Eu sei que está assinado. Mas também não há prejuízo nenhum, porque a nossa Comissão - se o Sr. Presidente puder me confirmar - está em vigor até o dia 23, não é isso? Então, a prorrogação será votada oportunamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Robson Tuma) - Para que todos tenham a oportunidade de conversar com os partidos.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Exatamente. E eu já peço ao Relator e ao Presidente que, juntamente com o pedido de prorrogação, apresentem o plano de trabalho, porque 60 dias também é muito pouco tempo para assuntos tão amplos como os que estão sendo debatidos nesta Comissão. Então, seria ideal que nós tivéssemos o foco dos trabalhos que serão efetivados nesse período. Eu estou solicitando que, juntamente com o requerimento, se apresente um plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Robson Tuma) - Então, fica adiado até a próxima semana, para que dê tempo aos Srs. Parlamentares de conversarem com os seus partidos e ao próprio Relator de fazer, então, um roteiro do trabalho.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Se for feita uma convocação para esta semana ainda, eu estou à disposição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Robson Tuma) - Fica adiado, então, para a próxima reunião o requerimento de prorrogação.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Eu queria responder ao Deputado Ricardo Barros. Não me custa fazer um plano de trabalho. É absolutamente tranquilo fazer esse plano de trabalho, mas nós já estamos atendendo, caro companheiro, adiando essa votação. O requerimento está assinado por várias pessoas. O requerimento já é auto-explicativo. Então, no tocante ao adiamento, eu concordo; no tocante a plano de trabalho, não, porque eu entendo que ele já é auto-explicativo. E se estaria descaracterizando até o próprio conteúdo do meu requerimento. Concordo em atender parcialmente. Com relação ao plano de trabalho, eu posso apresentá-lo até em outra circunstância. Eu queria, já que o Presidente passou a palavra, fazer uma proposta aos senhores. Os nossos trabalhos estão sendo reiniciados, e nós temos que retomar uma série de iniciativas que, de certo modo, ficaram pelo caminho. Nós precisamos estabelecer uma data, possivelmente dia 9, para a tomada de depoimentos de pessoas envolvidas em atos ilícitos no setor de cigarros. Ouvindo, por exemplo, o sócio proprietário da American Virginia, o seu advogado, o contador; o sócio proprietário da CIBRASA, a sua contadora; os controladores da Itaba, nas figuras das empresas SAMPAR e RELOPAR; a indústria e Comércio Rei, o seu sócio proprietário Lindberg de Mota da Silveira, procurador que representa



outras empresas, enfim, outras pessoas mais ligadas ao setor de tabaco. Então, a próxima rodada de trabalho da CPI deve focar esse setor de cigarros. E também uma audiência, em São Paulo, para ouvir o Juiz Rocha Matos. Nós estivemos, pessoalmente, conversado com o Juiz Rocha Matos, naquela ocasião em que ele foi preso, e ele nos prometeu fazer revelações interessantes. Então, na nossa proposta, para estar aqui também uma audiência com o referido juiz, para vermos o que de fato ele tem para falar. Então, essa é uma pauta mais imediata. Agora, precisamos discutir com os companheiros das diversas áreas de atuação como nós vamos levar nos Estados o trabalho da CPI. Já havíamos, em reuniões anteriores, conversado com o Presidente, conversado com os Deputados, sobre a necessidade de fazermos audiências nos Estados. Evidentemente, seguindo uma orientação dos Deputados da Comissão, da CPI, nos diversos Estados. Então, foi feita uma proposta nesse sentido, ficou assim acordado. Agora, precisamos definir uma pauta. E eu aguardo, da parte do Presidente da CPI e também dos Deputados dos diversos Estados interessados nas diversas áreas, que façam essa sugestão, para que a gente faça isso constar de uma programação de trabalhos para a CPI. Então, fica aqui esse pedido aos Deputados para que façam as suas sugestões, como disse, de oitivas nos respectivos Estados e dentro das determinadas áreas em que eles estão encarregados. É só isso, Presidente.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, só para um esclarecimento do Relator. O nobre Relator falou para os Deputados apresentarem os trabalhos no Estado. Eu sei que há vários setores preparando, discutindo, apresentando aqui o que realmente S.Exa. solicitou. Há também um outro trabalho, que seriam os eventos feitos nos Estados, à parte, para poder divulgar e para fazer essas coisas. Então, eu acho que quando S.Exa. pede para ser encaminhado, são as duas coisas, na verdade: são as pessoas, os setores, as empresas, por setor, na verdade, e essas ações que serão feitas, de maneira geral, nos Estados. É a isso que S.Exa. se refere?

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Eu diria que poderiam ser feitos até simultaneamente. Podemos promover ações nos Estados, nas diversas áreas e, simultaneamente, promover seminários, encontros, enfim, algum outro evento dessa



natureza, dessa magnitude. Mas, aproveitando a ida da Comissão aos Estados e realmente realizando todas essas ações.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, eu queria um esclarecimento do Relator. Essa proposta de agenda, com a vinda do Juiz Rocha Mattos, do Delegado Bellini e essas empresas todas que estão aqui, da área de cigarros, é uma deliberação que o Presidente irá tomar, convocando essas pessoas?

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - É uma convocação. O Presidente vai aprovar, vai colocar em votação o requerimento. Existe requerimento nesse sentido. Precisamos que o Presidente coloque em votação esse requerimento. Existe requerimento de minha autoria nesse sentido. Precisamos deliberar sobre esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Robson Tuma) - Há requerimento sobre a Mesa que requer, regimentalmente, que sejam requisitados à Câmara dos Deputados, à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e à Câmara Distrital de Brasília os autos da CPI em relação aos combustíveis. Em votação. Aqueles que foram favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovada a inclusão do requerimento extrapauta. Em votação o requerimento. Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)* Aprovado o requerimento.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Sr. Presidente, quem é o autor do requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Robson Tuma) - Eu e o Deputado Josias Quintal.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS - Obrigado.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, só uma questão. Parece-me que essa audiência do dia 12 já está mais ou menos preestabelecida. E me parece que nós já temos aqui requerimento para a convocação do Juiz Rocha Matos. Então, eu queria esclarecer ao Deputado Ricardo Barros que, quando se tratar do setor de cigarros, aí, sim, serão apresentados os requerimentos para a aprovação. No que diz respeito à audiência do dia 12, em relação ao depoimento do Sr. João Carlos da Rocha Matos, nós já temos requerimento aprovado, nós já estamos informando, estará confirmada a audiência do dia 12. É isso mesmo?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Robson Tuma) - Eu vou fazer uma sugestão ao Deputado Ricardo Barros, ao Deputado Julio Semeghini, à Deputada Vanessa Grazziotin e ao Relator, a todos que estão aqui. Todos nós sabemos que estamos numa Casa política e dos acontecimentos políticos que estão se desenrolando nesta semana. Portanto, não deixaria marcada nenhuma reunião para esta semana; deixaria marcada para a próxima terça-feira, às 15 horas, uma nova reunião da Comissão, quando nós discutiríamos a respeito da proposta de pauta que o Deputado Josias Quintal vai fazer. E essa reunião poderá ser ou não reservada, de acordo com a conveniência dos Parlamentares. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando reunião da CPI para a próxima terça-feira, às 15 horas. Está encerrada a presente reunião.